



**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO
NORDESTE - IDENE**

Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 com
Relatório do Auditor Independente

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.802.024	119.386
Impostos a recuperar	4	23.387	5.611
Adiantamentos e outros créditos		68	68
Total ativo circulante		2.825.479	125.065
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imobilizado	6	97.548	-
(-) Depreciação acumulada	6	(2.846)	-
Total ativo não circulante		94.702	-
Total do ativo		2.920.181	125.065

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE			
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024			
(Valores expressos em reais)			
Passivo e patrimônio social			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Contas a pagar	7	81.473	-
Obrigações tributárias	8	15.720	-
Obrigações sociais	9	81.157	4.937
Provisões de férias e encargos	10	133.997	-
Total passivo circulante		312.347	4.937
Passivo não circulante			
		-	-
Patrimônio Social			
	11		
Patrimônio social		120.128	-
Superávit do exercício		2.487.706	120.128
Total do patrimônio social		2.607.834	120.128
Total do passivo e patrimônio social		2.920.181	125.065
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

JAQUELINE DA
SILVA
ARAÚJO:0481224
5303

Assinado de forma digital
por JAQUELINE DA SILVA
ARAÚJO:04812245303
Dados: 2026.02.24
21:39:30 -03'00'

RAFAEL
DAMASCENO
PAZ:03343972355

Assinado de forma digital
por RAFAEL DAMASCENO
PAZ:03343972355
Dados: 2026.02.25
07:05:53 -03'00'

Jaqueline da Silva Araújo
CPF:04812245303
Representante Legal

Rafael Damasceno Paz
Contador - CRC: 013274/O-5
CPF: 033.439.723-55

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE

Demonstração do resultado do exercício
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais			
Receita de prestação de serviços - Saúde		11.464.269	1.946.142
Receita de prestação de serviços - Convênio SIETUR		100.000	120.000
Receitas de doações		55.915	-
Total das receitas operacionais	12	11.620.184	2.066.142
(-) Custo dos serviços de saúde	13	(4.433.965)	(1.493.599)
Total receita líquida		7.186.219	572.542
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	14	(1.579.940)	(68.389)
Despesas administrativas	15	(3.188.465)	(407.861)
		(4.768.405)	(476.251)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	106.737	25.835
Despesas financeiras		(36.845)	(1.998)
		69.892	23.836
(=) Superávit líquido do exercício		2.487.706	120.128

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

JAQUELINE DA SILVA
ARAÚJO:04812245303
245303

Assinado de forma digital por JAQUELINE DA SILVA
ARAÚJO:04812245303
Dados: 2026.02.24 21:39:53 -03'00'

RAFAEL DAMASCENO
PAZ:03343972355

Assinado de forma digital por RAFAEL DAMASCENO
PAZ:03343972355
Dados: 2026.02.25 07:06:21 -03'00'

Jaqueline da Silva Araújo
CPF:04812245303
Representante Legal

Rafael Damasceno Paz
Contador - CRC: 013274/O-5
CPF: 033.439.723-55

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE

Demonstração das mutações do patrimônio social
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Incorporação do superávit do exercício anterior	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-
Superávit do exercício	-	120.128	120.128
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	120.128	120.128
Incorporação do superávit do exercício anterior	120.128	(120.128)	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-
Superávit do exercício	-	2.487.706	2.487.706
Saldos em 31 de dezembro de 2025	120.128	2.487.706	2.607.834

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

JAQUELINE DA SILVA
 ARAUJO:04812245303
 245303

Assinado de forma digital por JAQUELINE DA SILVA
 ARAUJO:04812245303
 Dados: 2026.02.24 21:40:12 -03'00'

RAFAEL DAMASCENO
 PAZ:03343972355
 55

Assinado de forma digital por RAFAEL DAMASCENO
 PAZ:03343972355
 Dados: 2026.02.25 07:06:46 -03'00'

Jaqueline da Silva Araújo
 CPF:04812245303
 Representante Legal

Rafael Damasceno Paz
 Contador - CRC: 013274/O-5
 CPF: 033.439.723-55

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE		
Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024		
(Valores expressos em reais)		
	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido dos exercícios	2.487.706	120.128
Ajustes ao superávit líquido de itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação	2.846	-
	2.490.551	120.128
Variações nos ativos e passivos		
Impostos a recuperar	(17.776)	(5.611)
Adiantamentos e outros créditos	-	(68)
Contas a pagar	81.473	-
Obrigações tributárias	15.720	-
Obrigações sociais	76.219	4.937
Provisões de férias e encargos	133.997	-
	289.634	(743)
Caixa líquido das atividades operacionais	2.780.186	119.386
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição imobilizado tangível	(97.548)	-
Caixa líquido gerado das atividades de investimento	(97.548)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.682.638	119.386
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	119.386	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.802.024	119.386
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.682.638	119.386
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

JAQUELINE DA
SILVA
ARAUJO:04812
245303

Assinado de forma
digital por JAQUELINE
DA SILVA
ARAUJO:04812245303
Dados: 2026.02.24
21:40:34 -03'00'

RAFAEL
DAMASCENO
PAZ:03343972355

Assinado de forma digital
por RAFAEL DAMASCENO
PAZ:03343972355
Dados: 2026.02.25
07:07:11 -03'00'

Jaqueline da Silva Araújo
CPF:04812245303
Representante Legal

Rafael Damasceno Paz
Contador - CRC: 013274/O-5
CPF: 033.439.723-55



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Instituto de Desenvolvimento do Nordeste (IDENE) é uma pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o CNPJ No. 20.124.920/0001-29, e está instituído sob a forma de Associação Privada sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, dotada de autonomia administrativa e financeira, e é regido pelo Estatuto Social registrado em 03 de julho de 2024 e sequencialmente revisado e registrado em 12 de dezembro de 2025. O Instituto é situado na Rua Senador Cândido Ferraz, No. 2.151, bairro do Jóquei, no município de Teresina, capital do Estado de Piauí – PI.

O IDENE é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua pela transformação social do Nordeste brasileiro, com ênfase crescente na promoção da saúde pública. Por meio de projetos sustentáveis, inclusivos e baseados em evidências, o IDENE contribui para o fortalecimento das políticas públicas e o desenvolvimento humano de forma integrada.

O IDENE tem como objetivos:

I – Prestação de serviços de internação hospitalar, de curta e longa duração, a pacientes em unidades classificadas como hospitalares, com vistas à redução de riscos de doenças e de outros agravos, assegurando o acesso às ações e aos serviços destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde;

II – Realização de atendimentos ambulatoriais e consultas médicas, em unidades assistenciais, consultórios, unidade móvel, ambulatórios, postos de assistência médica ou clínicas especializadas ou não, destinados ao diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pacientes não submetidos a regime de internação;

III – Apoio e fortalecimento da gestão pública em saúde, com o compromisso de qualificar-se como Organização Social, celebrando contratos de gestão voltados à operacionalização e ao gerenciamento de unidades públicas de saúde, de forma a garantir o acesso universal, equitativo e igualitário às ações e aos serviços de atenção à saúde, nas dimensões da promoção, proteção e recuperação, contribuindo para o bem-estar físico, mental e social da população;

IV – Realização de estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, voltados ao aprimoramento das práticas de gestão, da atenção à saúde e da promoção do desenvolvimento social e institucional.

2. Resumo das práticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e nas disposições da ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucro.

A Diretoria do Instituto aprovou as demonstrações contábeis e sua divulgação em[o].

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Diretoria do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis do Instituto.



A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2.1. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresa, requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (“moeda funcional”).

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa (recursos sem restrição)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Caixa e equivalentes de caixa (recursos com restrição)

O Instituto mantém neste os recursos recebidos por meio do contrato de gestão MEC e verba do fundo de saúde, que ainda não foram aplicados nos projetos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5.

Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos com restrição no ativo e em contrapartida o crédito de recursos com restrição no passivo. Os montantes são classificados entre circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução dos projetos, são classificados no ativo ou passivo não circulante, os montantes com previsão de execução com prazos superiores a 12 meses, a contar da data-base do encerramento do exercício social.

2.5. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, através da CPC 48 – Instrumentos financeiros, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;



Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

Custo amortizado

De acordo com o modelo de negócios do Instituto, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ou seja:

- Os ativos financeiros do Instituto são: contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto prazo eventualmente registrados;
- Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado; e
- Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros: fornecedores, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar.

2.6. Contas a receber

As contas a receber do Instituto são avaliadas no momento inicial pelo valor presente. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Instituto), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais mencionadas, que levam em consideração o prazo de vida útil dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações será incluído no valor contábil do ativo, no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para o Instituto.

As principais renovações serão depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Intangível

Refere-se a patentes, que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se for o caso.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.8. Contas a pagar, Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar, fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.



2.10. Provisões

Reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Instituto.

2.11. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O Instituto não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

2.12. Apuração do superávit (déficit)

O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. As receitas e despesas foram aplicadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto Social.

As receitas do Instituto são provenientes de contratos com órgãos públicos, prestações de serviços, doações e outras captações de recursos. Os contratos possuem metas pactuadas que devem ser atingidas.

2.13. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido da Entidade compreende: rendimentos de aplicações financeiras; receitas e despesas de juros e despesas bancárias.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.14. Imposto de renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Corrente

Em virtude de o Instituto ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos de 178 a 184 do Regulamento de Imposto de renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF).

2.15. Receitas e despesas de trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro vigente a partir de 21 de agosto de 2015, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

2.16. Reconhecimento e mensuração – Imobilizado OSS

Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Órgão	2025	2024
Caixa	Sec. de Saúde	14	-
Banco do Brasil (Conta Corrente)	Sec. de Saúde	96.311	66.786
Banco do Brasil (aplicação)	Sec. de Saúde	2.705.699	52.600
Caixa e equivalentes de caixa - Com restrição		2.802.024	119.386
Total de caixa e equivalentes de caixa		2.802.024	119.386

4. Impostos a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda retido na fonte (IRRF) s/aplicações financeiras	23.387	5.611
Total	23.387	5.611

Refere-se ao Imposto de Renda retido na fonte (IRRF) sobre os resgates das aplicações financeiras realizados pela Instituição entre os exercícios sociais de 2025 e 2024.

5. Adiantamentos e outros créditos

	2025	2024
Adiantamentos a colaboradores	68	68
Total	68	68

6. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação	2025	2024
Tangível			
Bens em uso			
Móveis e utensílios	10%	18.577	-
(-) Depreciação acumulada (Móveis e Utensílios)	-	(260)	-
Móveis e Utensílios (Custo líquido)		18.317	-
Instalações	10%	78.971	-
(-) Depreciação acumulada (Instalações)	-	(2.586)	-
Instalações (Custo líquido)		76.385	-
Imobilizado líquido		94.702	-

A Instituição iniciou a aquisição de bens componentes do imobilizado no exercício de 2025.

7. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de mercadorias e serviços	81.473	-
Total	81.473	-

8. Obrigações tributárias

	2025	2024
Verba fundos de saúde		
CSRF a recolher	2.433	-
IRRF a recolher	827	-
ISS a recolher	12.460	-
Total obrigações tributárias	15.720	-

9. Obrigações sociais, provisões de férias e encargos

	2025	2024
Verba fundos de saúde		
Salários a pagar	-	3.319
Pis sobre Folha a recolher (a)	1.411	36
INSS a recolher	51.974	1.292
FGTS a recolher	13.849	290
IRRF sobre folha a recolher	13.923	-
Total obrigações sociais	81.157	4.937

(a) refere-se ao recolhimento do PIS com Incidência sobre folha de salários, com alíquota de 1% - art. 13, IV, MP 2.158-35/2001, que a entidade recolhe normalmente.

10. Provisões de férias e encargos

	2025	2024
Verba fundos de saúde		
Provisão de férias	127.257	-
Provisão de 13º. Salário	6.740	-
Total obrigações sociais	133.997	-

11. Patrimônio social

	2025	2024
Patrimônio Social	120.128	-
Total	120.128	-

11.1. Formação do patrimônio social

O Patrimônio Social da Entidade é constituído pelas contribuições iniciais, superávits apurados nos exercícios sociais, doações, subvenções, auxílios e demais recursos patrimoniais, sendo utilizado exclusivamente na manutenção e no desenvolvimento de suas atividades institucionais, em conformidade com seu estatuto social e a legislação aplicável.

Os superávits eventualmente apurados são integralmente incorporados ao Patrimônio Social, não sendo permitida sua distribuição, a qualquer título, a dirigentes, associados, instituidores ou terceiros, observados os princípios da continuidade, da entidade e da finalidade social.

O Patrimônio Social é registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, refletindo adequadamente a posição patrimonial da Entidade na data-base das demonstrações contábeis.

11.2. Remuneração da administração

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

12. Receita operacional

	2025	2024
Receita de prestação de serviços – Saúde		
Termo de Colaboração No. 171/2025 - Realizado	11.464.269 (a)	-
Termo de Fomento No. 074/2024 - Realizado	-	1.620.142 (d)
Termo de Fomento No. 094/2024 - Realizado	-	326.000 (e)
Subtotal	11.464.269	1.946.142
Receita de prestação de serviços – Convênio SIETUR		
Convênio Sietur 0398/2025 - Realizado	100.000 (b)	-
Convênio Sietur No. 062/2024 - Realizado	-	120.000 (c)
Subtotal	100.000	120.000
Outras receitas		
Receitas de doações	55.915 (f)	-
Total das receitas operacionais	11.620.184	2.066.142

(a) Durante o exercício social de 2025 e, presentemente, o IDENE mantém junto ao Governo do Estado do Piauí um Termo de Colaboração que, resumidamente, possui as seguintes bases:

- ✓ Termo de Colaboração No. 171/2025 – SIGRP
- ✓ Concedente: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI-PI
- ✓ Objeto: operacionalização e execução de ações de saúde itinerante destinadas ao rastreamento e diagnóstico precoce dos cânceres de pele, de próstata e do colo do útero, abrangendo os 12 (doze) territórios que compõem as macrorregionais do Estado do Piauí.
- ✓ Valor do contrato: R\$ 22.928.537,16
- ✓ Prazo: 12/06/2025 a 12/06/2026 (12 meses)
- ✓ Realizado: 50% (cinquenta por cento)

(b) Refere-se a Processo SIETUR No. 00153.000398/2025-05, aprovado no valor de R\$ 100.000,00, cujo Projeto foi o curso de hotelaria na cidade de Luís Correia – PI, embasado na Lei Ordinária do Estado do Piauí de Nº 8.177, de 03/10/2023. O projeto foi realizado 100% (cem por cento);

(c) Refere-se a Processo SIETUR No. 00153.000716/2024-49, aprovado no valor de R\$ 120.000,00, cujo Projeto foi o curso de hotelaria na cidade de Pedro II, embasado na Lei Ordinária do Estado do Piauí de Nº 8.177, de 03/10/2023. O projeto foi realizado 100% (cem por cento);

(d) Refere-se ao seguinte projeto:

- ✓ Termo de Colaboração No. 74/2024 – SIGRP
- ✓ Concedente: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI-PI
- ✓ Objeto: realizar consultas e exames especializados para prevenção e diagnóstico de doenças nas

especialidades médicas de urologia, vascular, ginecologia, cardiologia e dermatologia, incluindo os exames de eletrocardiograma (ECG), ultrassonografia (US) da próstata, teste rápido de PSA, ultrassonografia com doppler e colposcopia, nos municípios de Amarante, Nazaré, São Miguel do Fidalgo, São José do Peixe, Santa Rosa, Ipiranga, São Pedro, Simplício Mendes e Colônia do Piauí

- ✓ Valor do contrato: R\$ 1.246.264,00, com aditivo de R\$ 373.877,83, totalizando R\$ 1.620.141,83
- ✓ Momento do repasse: 14/06/2024 e aditivo em 08/11/2024
- ✓ Realizado: 100% (cem por cento)

(e) Refere-se ao seguinte projeto:

- ✓ Termo de Colaboração No. 94/2024 – SIGRP
- ✓ Concedente: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI-PI
- ✓ Objeto: realizar 500 consultas especializadas através do programa AMEI (Atendimento Médico Especializado Itinerante) no município de Campo Maior, visando atendimento de crianças de 01 a 12 anos
- ✓ Valor do contrato: R\$ 326.000,00
- ✓ Momento do repasse: 28/08/2024
- ✓ Realizado: 100% (cem por cento)

(f) O grupo “Outras Receitas” é composto por ingressos de recursos provenientes de doações, não diretamente vinculados às atividades operacionais principais da Entidade. Os valores são reconhecidos pelo regime de competência, quando auferidos ou quando se tornam realizáveis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à Entidade.

13. Custos dos serviços de saúde

	2025	2024
Custo dos serviços		
Serviços prestado de pessoa jurídica e física	(4.216.328)	(1.430.780)
Custo de material hospitalar, medicamentos e outros	(217.637)	(62.819)
Total dos custos dos serviços de saúde	(4.433.965)	(1.493.599)

14. Despesas com pessoal

	2025	2024
Resumo das despesas de pessoal		
Salários	(732.134)	(15.552)
13º. Salário	(66.615)	(1.057)
Férias	(93.709)	-
INSS	(248.404)	(4.879)
FGTS	(76.806)	(1.329)
Honorários profissionais	(123.781)	-
Outras despesas de pessoal	(238.491)	(45.573)
Total	(1.579.940)	(68.389)

15. Despesas administrativas

	2025	2024
Serviços prestados pessoa jurídica	(1.577.198)	(285.849)
Conservação de instalações	(225.850)	-
Manutenção de software	(83.470)	-
Aluguel de imóveis	(59.783)	(11.100)
Locação de veículos	(414.000)	(15.900)
Material de escritório	(186.408)	-
Aluguel de equipamentos	(87.952)	(7.400)
Combustíveis e lubrificantes	(106.215)	(14.745)
Viagens e estadas	(135.097)	(2.000)
Assessoria contábil	(50.000)	(17.850)
Assessoria jurídica	(85.000)	(50.000)
Outros custos	(177.492)	(3.017)
Total	(3.188.465)	(407.861)

16. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	106.737	25.835
Total	106.737	25.835
Despesas financeiras		
IOF	(7.830)	(297)
Despesas bancárias e outras despesas	(29.015)	(1.701)
Total	(36.845)	(1.998)
Total resultado financeiro, líquido	69.892	23.836

17. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis, assim como obrigações a pagar e outras dívidas cujos valores são aproximados aos respectivos valores de mercado. O Instituto não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como derivativos.

17.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas como de primeira linha.

17.2. Risco de liquidez

É o risco de o Instituto não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela Diretoria do Instituto.

17.3. Demais riscos financeiros

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025, o Instituto não está sujeito aos fatores de risco com: **(a)** taxas de câmbio; **(b)** risco com preço de mercadorias vendidas ou insumos adquiridos; e **(c)** risco significativo de estrutura de capital.

18. Aspectos tributários

a) Impostos diretos (IRPJ e CSLL) e indiretos (COFINS)

O Instituto é constituído sob a forma de entidade sem fins lucrativos e desenvolve suas atividades em conformidade com seus objetivos estatutários, não distribuindo resultados, superávits, dividendos ou parcelas de seu patrimônio, a qualquer título, aos seus dirigentes, associados, instituidores, mantenedores ou terceiros.

Em virtude de sua natureza e forma de atuação, a Entidade goza do benefício de imunidade do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, conforme previsto nos artigos 178 a 184 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto no 9.580, de 22 de novembro de 2018), artigo 15 da Lei nº 9.532/1997, tributos federais incidentes sobre as receitas conforme artigo 14 da MP 2.158-35/2001 e artigo 195 da Constituição Federal (CF), desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis, em especial os previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN). O Instituto mantém escrituração contábil regular, capaz de assegurar a exatidão de suas operações, e aplica integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

A Administração, para fins de transparência, divulga o benefício fiscal estimado decorrente da imunidade tributária, ainda que não tenha sido efetivamente usufruído no período, por se tratar de estimativa baseada nas informações disponíveis na data de encerramento do exercício e nas alíquotas vigentes. A mensuração do benefício fiscal considera, entre outros aspectos, a natureza das receitas, o resultado apurado no exercício e as bases estimadas de tributação que seriam aplicáveis caso a Entidade não estivesse abrangida pela imunidade, bem como as premissas e critérios de cálculo adotados pela Administração. A estimativa do benefício fiscal está sujeita a variações, em função de mudanças na legislação, interpretações fiscais, decisões administrativas/judiciais e da própria composição das receitas e despesas de cada exercício, não representando obrigação presente e tampouco assegurando direito de restituição, tendo caráter exclusivamente informativo.

A administração estima que o valor relativo à imunidade (como se devida fosse), gozado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 seria de R\$ 1.682.477 (R\$ 185.858, em 2024), abaixo detalhado, tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos. Vide composição:

	2025	2024
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre o lucro líquido	575.449	18.019
CSLL – Contribuição Social sobre o lucro líquido	223.894	10.812
COFINS sobre as receitas	893.134	157.027
Total	1.682.477	185.858

b) Isenção tributária através do Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS

A Administração informa que a Entidade se encontra em processo de adoção das medidas necessárias à obtenção da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área da saúde, com expectativa de protocolo e/ou enquadramento para o exercício de 2026, nos termos da legislação aplicável.

O referido processo envolve a adequação documental, estatutária e operacional aos requisitos legais exigidos para a certificação, especialmente no que se refere às atividades desenvolvidas, à aplicação de recursos e à observância das normas específicas do setor.

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, a Entidade não possui a certificação concedida, razão pela qual não foram reconhecidos efeitos tributários decorrentes de eventual fruição de imunidade ou isenção vinculada ao CEBAS. Eventuais impactos serão reconhecidos contabilmente quando da efetiva concessão e observadas as condições legais aplicáveis.

Abaixo exibimos quadro com as isenções que a Entidade estaria usufruindo no exercício de 2025 em caso de obtenção do certificado:

	2025
INSS cota patronal	470.614
PIS sobre Folha de Pagamento	16.928
Total	487.542

19. Seguros

Na data-base das demonstrações contábeis, o Instituto não mantinha apólices de seguros contratadas para cobertura de seus ativos, operações ou responsabilidades. A Administração avalia periodicamente os riscos inerentes às suas atividades e entende que, no momento, tais riscos estão adequadamente geridos por meio de controles internos, políticas operacionais e acompanhamento contínuo de suas operações.

A eventual contratação de seguros será objeto de reavaliação pela Administração, considerando a natureza das atividades, a exposição a riscos e a relação custo-benefício, em conformidade com as práticas de gestão adotadas pela Entidade.

20. Prestações de contas e controle

A Entidade submete-se à fiscalização do Estado, dos órgãos de controle interno, do Tribunal de Contas e de auditoria independente, apresentando periodicamente relatórios técnicos, financeiros e contábeis, em conformidade com as normas vigentes.

21. Eventos subsequentes

No final do exercício de 2025, em 26 de dezembro de 2025, o Instituto assinou Termo de Fomento de No. 294/2025, junto a Secretaria de Estado Saúde do Piauí, no valor de R\$ 3.300.000,00, com o objeto é a execução de ações integradas de sensibilização e rastreamento populacional para detecção precoce do câncer colorretal (CCR), abrangendo os territórios do Vale do Guaribas, Vale do Canindé e Vale dos Rios Piauí e Itaueira, no Estado do Piauí.

Os administradores declaram a inexistência de outros fatos ocorridos subsequente à data de encerramento do período examinado que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira ou que provoquem efeitos sobre seus resultados futuros.

22. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Entidade e autorizadas para emissão em 13 de fevereiro de 2026, às quais considera os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Teresina – PI, 13 de fevereiro de 2026.

JAQUELINE
DA SILVA
ARAUJO:0481
2245303

Assinado de forma
digital por JAQUELINE
DA SILVA
ARAUJO:04812245303
Dados: 2026.02.24
21:40:57 -03'00'

Jaqueline da Silva Araújo
CPF:04812245303
Representante Legal

RAFAEL
DAMASCENO
PAZ:033439723
55

Assinado de forma
digital por RAFAEL
DAMASCENO
PAZ:03343972355
Dados: 2026.02.25
07:07:50 -03'00'

Rafael Damasceno Paz
Contador - CRC: 013274/O-5
CPF: 033.439.723-55

(documento datado e assinado eletronicamente)

JOÃO DE DEUS SOUSA

Secretário de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Piauí-SASC/PI

Representante Legal do Órgão Gerenciador

(Transcrição da nota ATAS de Nº 4879, datada de 26 de fevereiro de 2026.)

DEMONSTRATIVO**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PUBLICAÇÃO RESUMIDA**

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE-IDENE			
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais)			
Ativo			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.802.024	119.386
Impostos a recuperar	4	23.387	5.611
Adiantamentos e outros créditos		68	68
Total ativo circulante		2.825.479	125.065
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imobilizado	6	97.548	-
(-)Depreciação acumulada	6	(2.846)	-
Total ativo não circulante		94.702	-
Total do ativo		2.920.181	125.065

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE-IDENE			
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais)			
Passivo e patrimônio social			



	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Contas a pagar	7	81.473	-
Obrigações tributárias	8	15.720	-
Obrigações sociais	9	81.157	4.937
Provisões de férias e encargos	10	133.997	-
Total passivo circulante		312.347	4.937
Passivo não circulante		-	-
Patrimônio Social	11		
Patrimônio social		120.128	-
Superávit do exercício		2.487.706	120.128
Total do patrimônio social		2.607.834	120.128
Total do passivo e patrimônio social		2.920.181	125.065

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE-IDENE

Demonstração do resultado do exercício

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais			
Receita de prestação de serviços-Saúde		11.464.269	1.946.142
Receita de prestação de serviços-Convênio SIETUR		100.000	120.000
Receitas de doações		55.915	-
Total das receitas operacionais	12	11.620.184	2.066.142
(-)Custo dos serviço esde saúde	13	(4.433.965)	(1.493.599)
Total receita líquida		7.186.219	572.542
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	14	(1.579.940)	(68.389)
Despesas administrativas	15	(3.188.465)	(407.861)
		(4.768.405)	(476.251)
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		106.737	25.835
Despesas financeiras		(36.845)	(1.998)
		69.892	23.836
(=)Superávit líquido do exercício		2.487.706	120.128

Em atenção às exigências estatutárias de publicidade aplicáveis e visando conferir **economicidade** à divulgação oficial, o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE promove a presente publicação de forma **resumida**, contemplando **exclusivamente** as contas e saldos do



Balanço Patrimonial (Ativo, Passivo e Patrimônio Social) e da Demonstração do Resultado do Exercício (contas de resultado), referentes aos exercícios findos em **31 de dezembro de 2025 e 2024**. As demonstrações contábeis completas, incluindo as Notas Explicativas e demais peças integrantes, encontram-se **integralmente disponíveis** para consulta pública no **site oficial do Instituto (<https://idene-pi.org/>)**, preservando-se a transparência, a rastreabilidade das informações e o acesso ao conjunto completo das divulgações contábeis.

Local e data:

Responsável:

(Transcrição da nota DEMONSTRATIVO de Nº 4851, datada de 26 de fevereiro de 2026.)

EDITAIS

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ - SEFAZ

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS E CADASTRO DE RESERVA DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL

EDITAL Nº 14/2026 - DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO BIOSPICOSSOCIAL E DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

O **GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**, através da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ (SEFAZ)**, tendo em vista o Edital nº 01/2025 de Abertura de Inscrições do Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro Permanente de Pessoal e Formação de Cadastro de Reserva, publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí edição de 20/03/2025 e retificações posteriores, **RESOLVE:**

1. RESULTADO DA AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1.1 **TORNAR PÚBLICA a lista de candidatos habilitados nas Provas Objetivas e Discursivas cuja deficiência assinalada no formulário de inscrição foi constatada na Avaliação por Equipe Multiprofissional** indicada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí (SEFAZ), de acordo com o Capítulo 5 do Edital nº 01/2025 - Abertura de Inscrições, para permanecerem concorrendo às vagas reservadas, constante do **Anexo I** do presente Edital.

1.2 Consideram-se eliminados da lista específica de vagas reservadas aos candidatos com deficiência os candidatos convocados que não constarem da lista mencionada no item 1.1 deste Edital, por não terem sido considerados na condição de pessoa com deficiência ou por não terem comparecido, na data e no horário estabelecidos à referida avaliação. O candidato eliminado da lista específica de vagas reservadas aos candidatos com deficiência, permanece como aprovado no certame em relação

